

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL - CENTRO  
CURSO TÉCNICO EM MODELAGEM DO VESTUÁRIO

CARLA CANALLE MUNDEL  
DANIEL BORCHARDT LINDNER  
EMMANUELLE VICTÓRIA FURTADO GOMES  
HELOISE GIOVANNA DA SILVA  
NYKOLAS JOSÉ KÖPP  
STÉFANY KITZBERGER

**DESVALORIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA  
COSTUREIRA CONTEMPORÂNEA**

Jaraguá do Sul

2024

CARLA CANALLE MUNDEL  
DANIEL BORCHARDT LINDNER  
EMMANUELLE VICTÓRIA FURTADO GOMES  
HELOISE GIOVANNA DA SILVA  
NYKOLAS JOSÉ KÖPP  
STÉFANY KITZBERGER

**DESVALORIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA  
COSTUREIRA CONTEMPORÂNEA**

Projeto de pesquisa desenvolvido no eixo formativo diversificado “Conectando Saberes” do Curso Técnico em modelagem do vestuário do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Câmpus Jaraguá do Sul - Centro.

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Dra. Deisi Beatriz Barcik

Coordenador(a) de Fase: Prof. Paulo Rodrigo Didoni Demitto

Jaraguá do Sul

2024

## SUMÁRIO

<b>1 TEMA.....</b>	<b>4</b>
<b>2 DELIMITAÇÃO DO TEMA.....</b>	<b>4</b>
<b>3 PROBLEMA DE PESQUISA.....</b>	<b>4</b>
<b>4 HIPÓTESES.....</b>	<b>4</b>
<b>5 OBJETIVOS.....</b>	<b>5</b>
5.1 OBJETIVO GERAL.....	5
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	5
<b>6 JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>5</b>
<b>7 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>6</b>
7.1 BREVE HISTÓRICO INDUSTRIALIZAÇÃO.....	6
7.2 A EXPANSÃO E A MODIFICAÇÃO DA INDÚSTRIA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO.....	10
<b>8 METODOLOGIA.....</b>	<b>15</b>
<b>9 CRONOGRAMA.....</b>	<b>17</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>18</b>
<b>ROTEIRO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>21</b>

## **1 TEMA**

Desvalorização da mão de obra costureira contemporânea.

## **2 DELIMITAÇÃO DO TEMA**

A terceirização e a quarteirização como partes do processo (ou fatores) de desvalorização da mão de obra costureira na região de Jaraguá do Sul

## **3 PROBLEMA DE PESQUISA**

O contínuo avanço do capitalismo, o constante crescimento da industrialização e a fragmentação dos processos fabris em diversos setores têm renovado problemas de várias ordens, desde problemas pessoais e financeiros, até sociais e econômicos, e estabelecido novos. O ramo da confecção é uma área impactada por essas características, já que as profissões vinculadas a ela têm sofrido constante desvalorização financeira e social, como baixas remunerações e falta de plano de carreira. Tendo esses elementos como premissas, o problema desta pesquisa se constitui na seguinte questão: Quais processos estão implicados na desvalorização da mão de obra costureira na região de Jaraguá do Sul?

## **4 HIPÓTESES**

- Devido aos encargos sociais associados aos contratos de trabalho, as empresas optam por terceirizar a mão de obra costureira, acarretando sua desvalorização.
- Por não ser valorizado como parte fundamental no processo de construção do vestuário, o trabalho de costura tende a ser mal remunerado;
- A fragmentação e a terceirização do trabalho impactam no valor pago pelas empresas e facções para a mão de obra costureira;
- A grande oferta de mão de obra costureira na região de Jaraguá do Sul é um dos motivos da precarização na remuneração dos serviços prestados às empresas.

## **5 OBJETIVOS**

## 5.1 OBJETIVO GERAL

Compreender como acontece a precificação e os processos que influenciam na desvalorização da mão de obra costureira na região de Jaraguá do Sul.

## 5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Verificar a existência de leis que orientem e controlem a relação entre a mão de obra costureira e seus contratantes;
- Entender as obrigações das empresas e das facções acerca dos encargos sociais;
- Identificar os processos que impactam no valor pago à mão de obra costureira em Jaraguá do Sul;
- Identificar como acontece a contratação do trabalho costureiro terceirizado por empresas da área do vestuário da região de Jaraguá do Sul.

## 6 JUSTIFICATIVA

A indústria têxtil é fundamental globalmente devido à demanda humana por vestuário e outros usos essenciais. Ela exerce profunda influência em aspectos sociais, culturais e econômicos, moldando costumes e tendências ao longo do tempo. Nesse contexto, em meados dos anos 1900 a produção de roupas era predominantemente realizada por costureiras e alfaiates, na qual realizavam todas as etapas de produção. Ocorre que, no período de 1900 a 1925 “o modo de produzir começa a ser industrializado a partir da divisão do trabalho” (Fujita; Jorente, 2015; Pitta, 2017, p.12).

Posteriormente, nos anos 1990, o Brasil enfrentou crises significativas, como o colapso financeiro durante o governo de Fernando Collor, que incluiu o confisco das poupanças de milhares de pessoas, o que impactou diretamente no poder de compra e investimento. Após superar essa crise, o setor produtivo da moda se viu diante de um mercado altamente competitivo, exacerbado pela abertura comercial no início da década (Pitta, 2017).

A política neoliberal de Collor exigiu uma reorganização significativa em vários setores para manter a competitividade no mercado nacional. Esse período foi marcado pela reestruturação produtiva na indústria têxtil, caracterizada por mudanças estruturais para aumentar o capital e enfrentar a intensa concorrência internacional, com destaque para a

expansão do “movimento de terceirizações e subcontratações” (Araújo, 2016, p. 48 *apud* Pitta, 2017).

A terceirização gera vantagens para as empresas do ramo têxtil, uma vez que busca aumentar a produção e descentralizar o processo produtivo, enquanto possibilita a redução de custos e melhoria da eficiência na produção. Essas pequenas empresas terceirizadas possuem seu próprio equipamento, sendo chamadas fábricas (Pitta, 2017).

Entretanto, apesar de beneficiar os empresários ao reduzir os custos associados à produção, por outro lado, a terceirização acende ainda mais a precarização do trabalho (Coimbra, 2013). Segundo Silva e Pitoni (2013, *apud* Pitta, 2017, p. 28) “A aprovação do Projeto de Lei 4.330/2004, que regulamenta a terceirização no Brasil, além de reduzir a renda do trabalhador em até 30%, aprova a figura do atravessador que nada produz e somente explora a mão de obra alheia”; tal panorama revela como a mão de obra costureira terceirizada pode ser exposta a condições análogas à escravidão.

Para este projeto de pesquisa, importa, portanto, conhecer a realidade da terceirização e os impactos econômicos e sociais que impactam sobre a trabalhadora costureira, sobretudo porque a indústria têxtil-vestuarista é uma das principais atividades econômicas de Santa Catarina. No estado, além dos polos industriais do Vale do Itajaí, como Blumenau e Brusque, a região de Jaraguá do Sul se destaca como o segundo maior polo têxtil-vestuarista do Brasil, desempenhando um papel crucial na economia regional e nacional através de sua forte indústria têxtil (Coimbra, 2013).

Especificamente na cidade de Jaraguá do Sul, reconhecida como um importante polo têxtil, a investigação do tema proposto se revela de extrema relevância. A desvalorização das costureiras(os) terceirizados afeta diretamente a qualidade de vida desses trabalhadores. Portanto, este estudo busca estudar tais processos que levam a essa desvalorização, além de investigar se as necessidades desses profissionais são adequadamente representadas através de sindicatos e legislação.

## **7 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **7.1 BREVE HISTÓRICO INDUSTRIALIZAÇÃO**

O que se convencionou chamar de Revolução Industrial, iniciou-se na Europa, mais especificamente na Inglaterra. As transformações relacionadas a ela impactaram radicalmente

a sociedade britânica, pois, a Revolução Industrial é caracterizada por uma série de eventos que ocorreram sucessivamente. Durante o século XVIII, melhorias significativas ocorreram nos meios de transporte e comunicação, além do crescimento do mercado interior e exterior. O Estado britânico teve importância significativa na industrialização, favorecendo as atividades econômicas na ação e proteção dos interesses industriais (Hobsbawm, 2000).

É nesse contexto que a indústria têxtil tem seu início, tendo como matéria-prima o algodão. Assim como diz Pezzolo (2007, *apud* Longhi; Santos, 2016, p. 76), no século XVII, os tecidos de algodão eram importados da Índia e vendidos aos burgueses e nobres na Europa. A demanda dos tecidos de algodão, inclusive estampados, se elevou, impulsionando a criação de manufaturas na própria Europa.

As primeiras manufaturas europeias não foram muito bem sucedidas, criando apenas peças rudimentares, diferentemente dos tecidos indianos bem trabalhados. Porém, graças aos interesses do comércio lanífero, que de tempos em tempos proibia a importação de produtos indianos manufaturados, a emergente indústria têxtil britânica teve uma possibilidade para modernizar seus processos e conseguir concorrer com a mercadoria importada (Hobsbawm, 2015, p. 67).

Inicialmente, as plantações da Índia ocidental forneciam grande parte da matéria-prima à indústria e, no decorrer da década de 1790, as plantações de algodão no Sul dos Estados Unidos começaram a suprir a demanda de algodão aos britânicos. Assim, a indústria têxtil surge e é catapultada, crescendo exponencialmente à medida que o lucro aumentava, incentivando os investidores a tomar o risco de lançar-se às novas tecnologias e posterior mecanização da produção (Hobsbawm, 2015).

Um fator decisivo para as grandes mudanças vindas da Revolução Industrial, foi a relação entre campo e cidade. O êxodo rural que viria a ocorrer forçadamente, graças ao cercamento<sup>1</sup> e a urgente necessidade de mão de obra industrial, fez com que grandes metrópoles surgissem (Hobsbawm, 2000).

Os camponeses que haviam se deslocado para as áreas urbanas começaram a trabalhar nas manufaturas, essas que funcionavam em linhas de produção com funções distribuídas entre os operários. Era o início do processo de divisão do trabalho, esse que aumentava a produção e diminuía o tempo de realização das atividades. Com o surgimento das inovações tecnológicas e a introdução de maquinários no processo produtivo, despontaram as primeiras

---

<sup>1</sup> Processo que transformou as terras comunais em propriedade privada, realocando os camponeses para as cidades de maneira forçada, punindo severamente os que insistiam em utilizar esse espaço (Decca; Meneguello, p. 14, 1999).

maquinofaturas que substituíram o trabalhador artesanal pelo operário industrial (Rodrigues et al, 2015).

Com as maquinofaturas suprimindo as funções antes realizadas por operários, as relações de trabalhos acabaram sofrendo transformações, agora o operário não era mais o dono da matéria-prima, e nem sequer das máquinas. Suas habilidades artesanais já não eram mais de grande importância como anteriormente, restando apenas sua força de trabalho, a qual era vendida por salários miseráveis, insuficientes para suprir necessidades básicas individuais e as de suas famílias (Rodrigues, 2015).

Devido ao processo de exploração contínuo que os trabalhadores sofreram, os empresários industriais e os operários dos centros urbanos da Inglaterra dos séculos XVIII e XIX tomaram lados opostos. Os empresários argumentavam que a liberdade econômica era algo necessário para o desenvolvimento industrial, enquanto os operários lutavam para o aumento salarial e para que as jornadas de trabalho fossem reduzidas. Como a voz de poucos não ecoava, os operários passaram a se organizar em sindicatos e promover movimentos de greves para que pudessem, em coro, reivindicar seus direitos (Rodrigues, 2015).

No final do século XVIII e início do XIX, a Revolução Industrial começou a se expandir para além da Inglaterra, impulsionando um processo de internacionalização. No Brasil, já havia registros de manufaturas têxteis no Nordeste desde o período colonial, com a produção de tecidos de algodão durante o século XVIII. No entanto, essas iniciativas não estavam alinhadas com os interesses da Coroa Portuguesa, que adotava uma visão extrativista e priorizava a exportação de matérias-primas brutas sem qualquer refinamento industrial. Essa postura culminou na proibição, pela Rainha Maria I de Portugal, do uso da mão de obra em atividades que não estivessem diretamente relacionadas à mineração e à agricultura. (Costa, 2000; Mathias, 1988 *apud* Fujita; Jorente, 2015; Rodrigues, 2015).

Com a chegada da corte portuguesa no Brasil, no início do século XIX, surgiram necessidades vinculadas à disponibilidade de produtos de modo mais rápido. Essa demanda fez com que a coroa portuguesa pensasse e agisse para favorecer a criação de indústrias no Brasil, essa constatação incluiu a inauguração de parques industriais. Entretanto, a produção rural dominava a economia e a abertura dos portos favoreceu a chegada de produtos importados da Inglaterra, dois dos motivos para que o desenvolvimento de diversas áreas industriais naquele momento, incluindo o ramo têxtil, tenha sido inviabilizado. Pois os produtos nacionais não possuíam grandes chances de competir com as mercadorias importadas disponíveis no mercado (Fujita; Jorente, 2015).

Este cenário começou a ser alterado, em 1844, com a implantação da tarifa Alves Branco, que aumentava a taxaço sobre importações em até 60%. Essa taxaço alterou a maneira como o mercado interno funcionava. Então, junto ao encarecimento das mercadorias importadas surgiu uma crise no mercado nacional, desencadeando indiretamente o aumento da procura e do consumo por produtos produzidos em território nacional, fato que favoreceu a abertura de indústrias para suprir as demandas da população perante as mercadorias, mesmo que em baixa produção (Fujita; Jorente, 2015).

Entretanto, mesmo que o Brasil possuísse uma produção de tecidos concentrada no Nordeste, não supria as necessidades da indústria que emergia em território nacional, além de ser 2,8% mais caro que os tecidos importados, limitando o alcance da indústria têxtil, que se desenvolvia nos demais processos. Desse modo, o Brasil dependia de importações da matéria-prima manufaturadas vindas do Reino Unido, tornando-se mais viável importar tecidos do que os comprar em território nacional (Marson, 2024).

Todavia, quando as tarifas referentes à importação de maquinários têxteis foram suspensas, o cenário começa a mudar, o Brasil diminui a importação de tecidos, e aumenta a importação de maquinários. Conseqüentemente, introduzindo um crescimento em todos os ramos da indústria têxtil, desde a fiação e tecelagem que eram os principais obstáculos para o desempenho completo da indústria têxtil, até os processos de refinamento e por último, a confecção (Fujita; Jorente, 2015; Marson, 2024).

Novamente o Nordeste passou a desenvolver atividades têxteis, dessa vez em maior escala pela abundância de matéria-prima, que passava pelos processos de manufatura e a farta mão de obra (incluindo mão de obra escrava, ainda utilizada). Com a inauguração da Estrada de Ferro Central do Brasil, que ligava Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, novos parques industriais instalaram-se na região sudeste, onde se concentrou o principal polo têxtil do Brasil no final do século XIX (Fujita, Jorente, 2015; Marson, 2024).

Dessa forma, o desenvolvimento têxtil durante o século XIX, espelhando-se na realidade europeia, foi impulsionado por diversos fatores, tais como a obtenção de matéria-prima manufaturada em território nacional; os resquícios da produção artesanal de tecidos; a independência, trazendo a passagem do Brasil para um Estado Moderno; a transferência da capital para o Rio de Janeiro, que se situa no forte polo industrial do Sudeste; e a importação de maquinários para confecção de tecidos e peças de vestuário, além do conhecimento técnico para operar as máquinas. Tendo seu grande crescimento desenvolvimentista durante 1880 até cerca de 1929, tornando-se destaque na indústria têxtil mundial (Fujita; Jorente, 2015; Marson, 2024; Soto, 2010).

Durante a Primeira Guerra Mundial e Crise de 1929, a indústria têxtil passou por certos desequilíbrios, uma vez que as importações e exportações estavam reduzidas pelo uso das rotas do Oceano Atlântico para a guerra. No decorrer deste período, a indústria se sustentou pelo mercado interno, retornando o crescimento industrial na década de 1930. Por outro lado, durante a Segunda Guerra Mundial, os países envolvidos eram forçados a usar suas fábricas para produção militar. O Brasil, neste período, aumentou suas exportações em 15 vezes, retornando a ser uma potência têxtil (Fujita; Jorente, 2015; Marson, 2024).

Entre o final da década de 1950 e o fim dos anos 60, o setor têxtil nacional, por não conseguir acompanhar os avanços tecnológicos internacionais e enfrentar os problemas logísticos, agravados pelas mudanças econômicas do país após a Segunda Guerra Mundial, passou por uma grande recessão. A solução para esta veio com a primeira Feira Internacional da Indústria Têxtil (FENIT), onde os industriais puderam estudar tendências de moda e novos processos tecnológicos internacionais, resultando em produtos direcionados para diferentes públicos. Na década de 1970, com os primeiros indícios da utilização do termo “globalização”, investidores estrangeiros entraram na economia brasileira atendendo às novas demandas. São exemplos a Sudamtex, a Celanese e a Rhodia, que priorizavam a produção de fibras e filamentos artificiais e sintéticos (Fujita; Jorente, 2015).

## 7.2 A EXPANSÃO E A MODIFICAÇÃO DA INDÚSTRIA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

O termo globalização trata de um fenômeno intrínseco à era contemporânea, pois, redefine constantemente as dinâmicas econômicas globais. Campos e Canavezes explicam que: “No limite ela é considerada como uma força irresistível e benéfica que trará a prosperidade econômica a todos os habitantes do mundo. No outro extremo, vê-se nela a fonte de todos os males contemporâneos.” (Campos; Canavezes, 2007, p. 14).

Essa dualidade da globalização pode ser observada no sistema econômico neoliberal em todo o mundo, mas, na América Latina, seus contornos se delinearam mais claramente após o encontro realizado, em novembro de 1989, na capital dos Estados Unidos, conhecido como consenso de Washington. A partir daquele momento, o neoliberalismo passou a ter como grande norteador “o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco” (Gennari, 2001, p.3). No início da década de 1990, nota-se uma intensificação do processo de abertura econômica iniciado nos anos 1970. Paralelamente, na segunda metade da década de 1980, o Brasil vivenciou uma transição política marcada pelo

fim da Ditadura Militar, governo autoritário que moldou a história política, econômica e social do país. Ao término desse regime, a economia brasileira apresentava-se profundamente fragilizada, com índices elevados de inflação, uma crescente dívida externa e estagnação econômica, fatores que agravaram a pobreza e a desigualdade social (Coelho, 2016).

Diante desse cenário, após vinte e um anos de Ditadura, portanto, sem eleições e com a primeira eleição direta se aproximando, a proposta econômica neoliberal, defendida pelo candidato Fernando Collor de Mello (Partido da Reconstrução Nacional), despertou um interesse significativo entre os brasileiros. Soma-se ao processo que levou Fernando Collor ao poder junto com as suas propostas e de seu partido político, a antecedente crise econômica e, como escreve Gennari (2001, p. 5): “os diversos experimentos de política econômica, incapazes de conter a crise e o processo inflacionário”, pois, esses — crise econômica e péssimos experimentos — “criaram as pré-condições, pelo menos enquanto experiência do que não dá certo, para as inovações de política econômica do início dos anos noventa”.

Após sua eleição, Fernando Collor implantou uma política econômica e uma política internacional, alinhadas aos princípios neoliberais, destacando-se o Plano Collor, anunciado em 15 de março de 1990. O plano incluiu diversas medidas econômicas, entre as quais se sobressai a mais impactante para as economias industriais: a reformulação dos mercados cambiais, que introduziu o dólar livre para operações de exportação, importação e transações financeiras (Gennari, 2001).

Em contradição às políticas de substituição de importações adotadas por governos anteriores para proteger o mercado nacional, essa nova abertura cambial criou um ambiente onde a competição entre produtos nacionais e importados se intensificou, resultando em declínios na produção de diferentes setores produtivos brasileiros, incluindo as indústrias têxteis. Nesse contexto, muitas empresas enfrentaram uma crise severa, que refletiu na deterioração de seus indicadores econômico-financeiros e na redução drástica do emprego. Entre 1989 e 1994, houve uma diminuição de 53% no emprego na indústria têxtil nacional, enquanto a margem de lucro bruta média decresceu 10% de 1990 a 1997, conforme dados do BNDES apresentados por Jinkings (2002).

Dessa maneira, como afirmado por Jinkings (2002, p. 2) “O acirramento da concorrência, assim como a intensidade e amplitude dos movimentos de reestruturação produtiva em nível mundial, compeliram as empresas têxteis a adotar novos padrões tecnológicos e organizacionais para se adequarem à competitividade internacional.” Em outras palavras, o Brasil que era focado em um modelo de produção fordista, no qual havia produção em massa para um mercado em expansão. Na década de 1990, para se moldar às

variáveis da economia, aderiu a novos padrões com a adoção do modelo de produção toyotista.

Desenvolvido por Taiichi Ohno, na década de 1970, o toyotismo modernizou as fábricas com a implementação da produção por demanda, transformando a fabricação de pequenos lotes passíveis de personalização em mais barata que a de enormes lotes homogêneos (Wood Jr., 1992). Visto esse principal benefício do sistema, mesmo com o momento de crise testemunhado no Brasil, criou-se uma estratégia de incentivo financeiro para o crescimento do novo modelo de produção, sobre isso Alves (2002, p. 75) afirma que:

priorizou-se a alocação privilegiada de recursos financeiros para o desenvolvimento do que podemos denominar de “toyotismo sistêmico”, ou seja, a racionalização organizacional de toda a empresa segundo os dispositivos toyotistas, com programas de qualidade total, ênfase no envolvimento estimulado da força de trabalho, racionalização das linhas de produção, substituição de processos, além de sistemas de automação e iniciativas voltadas ao aprimoramento tecnológico.

Indubitavelmente, em maioria, esses processos envolvidos no Toyotismo foram desenvolvidos para beneficiar empresa e trabalhador. Entretanto, para as organizações, o intuito do cumprimento dessas práticas é a redução dos seus custos e tempo de produção, persuadindo o trabalhador a se engajar plenamente no objetivo empresarial de lucratividade. A nova abordagem para a reestruturação do trabalho originou essa atmosfera de novas metodologias problemáticas, tanto no ambiente empresarial quanto em seu entorno. O “envolvimento estimulado da força de trabalho”, conforme mencionado por Alves (2002, p. 75), ou seja, o pleno engajamento do trabalhador no objetivo empresarial, representa uma das metodologias implementadas no país. No entanto, essa prática vai além do simples engajamento dos funcionários em suas funções, ela visa intensificar o processo de trabalho e a produtividade empresarial sem necessariamente ampliar o número de empregados.

No setor da costura, onde as mulheres predominam e o trabalho é fragmentado, ou seja, ao costurar uma camiseta, uma trabalhadora faz as mangas, outra faz a bainha e assim por diante, cada trabalhadora começou a ser incentivada a monitorar e cobrar o desempenho das colegas. Assim, quando uma peça não atende aos critérios de qualidade, a responsável é prontamente identificada, criando um ambiente interno crítico, competitivo e estressante (Jinkings, 2002).

Nessa situação, a sobrecarga e a pressão enfrentadas pelas operárias são diárias, e a cobrança pelo engajamento é um componente da denominada “racionalização da empresa”, cuja premissa central, segundo Wood Jr. (1992, p. 8), é que “as organizações são sistemas racionais que devem operar da forma mais eficiente possível.” Isso desconsidera os ritmos

individuais de trabalho, forçando as operárias a ajustarem-se ao tempo das mais ágeis para cumprir as metas de produtividade estabelecidas (Jinkings, 2002).

Conjuntamente a esses fatores, o Brasil adota um dos componentes mais marcantes do toyotismo: a terceirização. Esse processo é conhecido por diversas nomenclaturas: “subcontratação, desverticalização, delegação, terceirização, intermediação de mão de obra ou pela expressão inglesa *outsourcing*, que significa ‘fornecimento vindo de fora’” (Silva, 2018, p. 27). O processo também pode ser descrito como uma estratégia de gestão empresarial na qual uma empresa contrata outra para executar atividades ou serviços, que, em condições normais, seriam feitos dentro da própria organização. Esta prática é comumente aplicada às últimas etapas manuais do processo produtivo.

No setor têxtil catarinense, as empresas terceirizadas, responsáveis, entre outras atividades, pelo corte, costura e acabamento de peças do vestuário fora das fábricas são intituladas de *facção*, atuam, portanto, na lógica em que há fragmentação e transferência das atividades produtivas. Essas tarefas operacionais, consideradas menos essenciais, são delegadas a trabalhadores que não têm um vínculo direto com a empresa, conhecidos como “terceiros” (Pereira; Sartorelli, 2024).

Segundo Jinkings (2002, p. 45), “a introdução massiva da terceirização para reduzir os custos do trabalho resultam em forte aumento dos níveis de desemprego e subemprego no setor têxtil”. Dessa forma, ao aderir à terceirização das atividades manuais, a maioria das empresas têxteis optaram pela demissão dos funcionários efetivos para subcontratar as *facções* prestadoras de serviços, reduzindo assim seus custos operacionais. Conforme a autora, entre 1995 e 1998, aproximadamente 897 mil postos de trabalho formais foram eliminados, conforme dados do Ministério do Trabalho. Esses dados evidenciam não apenas o crescimento do desemprego aberto, que reflete a busca ativa por emprego, mas também uma expansão da informalidade, caracterizada por trabalhadores em condições precárias ou desmotivados a procurar novas oportunidades devido à frustração no mercado de trabalho (Pochmann, 2012).

Adicionalmente, observou-se o crescimento do número de empresas, que passou de 2.841 no início dos anos 90 para 5.740 em 2001. Esse aumento reflete a criação de micro e pequenas empresas como uma tentativa desses trabalhadores de se reintegrarem ao mercado de trabalho, muitas vezes através da formação de pequenas *facções* e da subsequente contratação dos funcionários demitidos pela empresa original. Alguns desses indivíduos, agora seriam contratados de forma terceirizada e mais barata pelas *facções* que prestam serviço à empresa onde trabalhavam anteriormente (Filgueiras, 2006; Jinkings, 2002).

Nesse cenário, conforme indicado por Pereira e Sartorelli (2024, p. 135), “o aumento do desemprego, com a diminuição das contratações formais, aumento da precarização, o pagamento de salários baixos e perda de direitos trabalhistas”, resulta em um grande excedente de mão de obra no país, facilitando a tarefa das empresas em localizar pessoas dispostas a aceitar qualquer forma de emprego, independentemente da remuneração e condição laboral oferecida, devido à necessidade de geração de renda (Pochmann, 2012).

Uma dessas situações é quando o empregado integra a cadeia produtiva da empresa contratante, porém, dissociado de qualquer vínculo trabalhista com ela. Nesse caso, o vínculo empregatício é estabelecido exclusivamente com a empresa terceirizada, que atua como empregadora (Silva, 2018). As empresas contratantes, ao formalizarem esses contratos civis com as empresas terceirizadas, buscam isentar-se das obrigações contratuais e dos custos associados à contratação efetiva. Uma vez que, esse processo distancia trabalhador e empresa contratante, que muitas vezes, acaba por ficar mais próxima do consumidor final do que da linha de produção (Jinkings, 2002).

Ademais, este distanciamento dos faccionistas do meio de convívio da fábrica da empresa contratante abstém o operário da interação com colegas, do desenvolvimento de carreira e laços sociais. Essa mudança faz com que o salário dos trabalhadores esteja diretamente vinculado ao volume de produção, sob a justificativa de aumentar a competitividade da indústria (Pereira; Sartorelli, 2024).

Em vez de serem remunerados por horas trabalhadas, os salários são agora calculados com base na quantidade de peças produzidas, e os preços impostos pelas indústrias são extremamente baixos. De acordo com Jinkings (2002), os trabalhadores terceirizados recebem de 20% a 30% menos do que os contratados diretamente pela empresa. Assim, evidencia-se uma clara diferença entre os trabalhadores efetivos, que supostamente têm maior segurança no emprego, e os trabalhadores terceirizados, composta por trabalhadores de baixa qualificação, com salários reduzidos e sem perspectivas de crescimento profissional. Essas condições resultam em sérios prejuízos para os trabalhadores, como a incerteza quanto ao salário mensal, a falta de garantia de direitos trabalhistas e a ausência de um salário justo conforme o piso da categoria (Pereira; Sartorelli, 2024).

Há de se pontuar também que, no setor têxtil, o risco de adoecimento é naturalmente elevado, mesmo em ambientes controlados como as indústrias. Porém, esse risco é amplificado nas facções, devido à precariedade das condições a que esses trabalhadores são expostos. Como afirmam Pereira e Sartorelli (2024, p. 11), muitas dessas instalações se localizam em “seus próprios domicílios, sem qualquer ergonomia, mobiliário adequado ou

controle de segurança e saúde, ainda em convívio com outros familiares e crianças, bem como, sem qualquer controle de jornada, pausas para descanso e alimentação adequados”.

Essa situação de precariedade e desvalorização do trabalho têxtil é bem ilustrado no curta-metragem “Trabalho Precário, Produção de Luxo” (2015), que foi analisado pelas autoras Pereira e Sartorelli (2024). Elas destacam considerações e trechos importantes que contribuem para a visibilidade das condições enfrentadas pelos trabalhadores terceirizados dentro do setor têxtil. No curta-metragem, a personagem Francisca expressa, de maneira autêntica, seus sentimentos sobre a realidade que vivencia como faccionista:

Às vezes eu me sinto assim, tão triste, aí as vezes eu fico conversando com o meu esposo, eu fico triste, porque o nosso trabalho às vezes não é nem reconhecido, porque faccionista deveria trabalhar de carteira assinada, a gente não trabalha de carteira assinada, deveria ter uma lei para faccionista, porque se chegar a adoecer, você não tem como receber um benefício enquanto você tá se tratando, enquanto você tá doente, [...] você adoecer, não tem dinheiro nem pra comprar um remédio (Pereira; Sartorelli, 2024).

Este cenário, bastante comum, também contribui para um ambiente ainda mais precário para as próximas gerações. No final do curta-metragem, a continuidade do ciclo de precarização é sugerida quando Francisca ensina o ofício à sua filha mais velha. Ela afirma: “Elas só fazem uma coisa aqui depois do estudo, primeiro o estudo! [...] Eu digo é muito pra minha filha, que eu queria que ela estudasse é para administração, para ela aprender a administrar, que é muito bom.” (Pereira; Sartorelli, 2024, p. 13). Apesar de desejar um caminho diferente, Francisca sente-se obrigada a transmitir sua própria trajetória para suas filhas, considerando a carência material da família, mesmo que isso envolva jornadas longas e exaustivas.

Com as empresas focadas excessivamente no lucro e na redução de custos, a dignidade do trabalhador é gradualmente corroída, gerando um ciclo de desvalorização cada vez mais profundo, onde os direitos e o valor do trabalhador são continuamente diminuídos (Pereira; Sartorelli, 2024).

## 8 METODOLOGIA

A abordagem metodológica adotada baseia-se em uma investigação de caráter exploratório, que busca “aumentar o grau de familiaridade com fenômenos relativamente desconhecidos” (Sampieri et al., 1991 *apud* Révillion, 2003) e qualitativo, onde o pesquisador descreve e interpreta os fatos em vez de quantificá-los. Para que a metodologia escolhida seja

bem sucedida, a interação entre o pesquisador e o pesquisado é essencial, por isso as entrevistas abertas são formas apropriadas para a coleta e análise de dados (Révillion, 2003).

O projeto foi iniciado por uma pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos, processo de fundamental importância na construção das nossas bases teóricas que sustentarão todo o estudo, tal como orienta Amaral (2007, *apud* Souza; Oliveira; Alves, 2021, p. 67; Gil, 2002).

Visando adquirir uma compreensão da realidade econômica e trabalhista das costureiras, propõe-se entrevistas semi-estruturadas, sendo essas, o modelo na qual “o entrevistador usa um roteiro para a entrevista, sendo flexível em sair do roteiro para que o entrevistado possa discorrer subjetivamente sobre a questão colocada” (Santos; Jesus; Battisti, 2021). Essas serão conduzidas tanto com a funcionária da empresa de Guaramirim, que tem o cargo de Coordenadora de Facções, quanto com costureiras anônimas selecionadas aleatoriamente entre as facções que prestam serviços de costura à empresa de Guaramirim.

Como o propósito é investigar quais processos que acarretam a desvalorização da mão de obra costureira na região de Jaraguá do Sul, a escolha por esta metodologia é importante porque, segundo Duarte (2004, p. 215), através da entrevista é possível ao pesquisador fazer “uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade” (Duarte, 2004).

O propósito é investigar os processos que resultam na desvalorização da mão de obra costureira e entender a perspectiva das mesmas sobre o tema. Além disso, busca-se compreender a realidade dentro das facções.

## 9 CRONOGRAMA

Legenda da tabela
Concluído
Em processo
Não iniciado

Atividades 2024.1.2	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Problema, hipóteses e objetivos			x	x	x	x						
Justificativa					x	x						
Fundamentação teórica				x	x	x	x	x	x	x	x	x
Metodologia					x	x	x					
Cronograma					x							
Aplicação da metodologia								x	x			
Análise dos dados obtidos									x	x	x	
Revisão e considerações finais											x	x
Apresentação								x				x

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **Trabalho e sindicalismo no Brasil**: Um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000). Curitiba: Revista de Sociologia e Política, UNESP, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/cqQdQF55TQF3Gb55DQqW4wc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 2024.
- CAMPOS, Luís; CANAVEZES, Sara. **Introdução à Globalização**. Departamento de Formatação da CGTP-IN, abril 2007. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/2468/1/Introdu%c3%a7%c3%a3o%20%c3%a0%20Glo baliza%c3%a7%c3%a3o.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2024.
- CAVALCANTE, Zedequias Vieira; SILVA, Mauro Luis Siqueira da. **A importância da revolução industrial no mundo da tecnologia**. Maringá: Cesumar, 2011. Disponível em: [http://www.cesumar.br/prppge/pesquisa/epcc2011/anais/zedequias\\_vieira\\_cavalcante2.pdf](http://www.cesumar.br/prppge/pesquisa/epcc2011/anais/zedequias_vieira_cavalcante2.pdf). Acesso em: 22 abr. 2024.
- CHAVES, Luiz Carlos. **A industrialização**: emprego e processo de trabalho no Brasil. Florianópolis: UFSC, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/7178>. Acesso em: 17 abr. 2024.
- CHELLES, Paula de Souza. **Análise do setor têxtil**. Rio de Janeiro: Pontifícia universidade católica do Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: [http://ftp.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Paula\\_de\\_Souza\\_Chelles.pdf](http://ftp.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Paula_de_Souza_Chelles.pdf). Acesso em: 11 abr. 2024.
- COELHO, Rodrigo Pereyra de Sousa. **A economia da Ditadura Militar brasileira**: Notas didáticas da disciplina formação sócio histórica do Brasil III, Universitas, v. 10, n. 19, jul/dez 2016. Disponível em: <https://mail.revistauniversitas.inf.br/index.php/UNIVERSITAS/article/view/268/185>. Acesso em: 08 jun. 2024.
- COIMBRA, Melissa Gabriela Lopes Barcellos. **A cultura de trabalho em Jaraguá do Sul**: Um estudo sobre as trabalhadoras da indústria têxtil-vestuarista. Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/122606/326449.pdf?sequence=1&isAllowed=>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- DECCA, Edgar de; MENEGUELLO, Cristina. **Fábricas e Homens**: A Revolução Industrial e o cotidiano dos trabalhadores. 5. ed. São Paulo: Atual, 2009. Disponível em: <https://www.coletivoleitor.com.br/wp-content/uploads/2020/02/fabricas-e-homens.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Curitiba: 2004, UFPR. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/er/n24/n24a12.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2024.
- FILGUEIRAS, Luiz. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico**. Neoliberalismo y sectores dominantes: Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006, v. 1, p. 179-206. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2024.
- FUJITA, Renata Mayumi Lopes; JORENTE, Maria José. **A indústria têxtil no Brasil**: uma perspectiva histórica e cultural. Modapalavra e-periódico, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 153–174, 2015.

DOI: 10.5965/1982615x08152015153. Disponível em:  
<https://www.revistas.udesc.br/index.php/modapalavra/article/view/5893>. Acesso em: 23 abr. 2024.

GENNARI, Adilson Marques. **Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90**. Pesquisa & Debate, São Paulo, volume 13, n. 1, p. 30-45, 2001. Disponível em:  
<https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/12029/8709>. Acesso em: 09 jun. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: ATLAS, 2002. Disponível em:  
[https://docentes.ifrn.edu.br/mauriciofacanha/ensino-superior/redacao-cientifica/livros/gil-a.-c.-como-elaborar-projetos-de-pesquisa.-sao-paulo-atlas-2002./at\\_download/file](https://docentes.ifrn.edu.br/mauriciofacanha/ensino-superior/redacao-cientifica/livros/gil-a.-c.-como-elaborar-projetos-de-pesquisa.-sao-paulo-atlas-2002./at_download/file). Acesso em: 25 abr. 2024.

HOBSBAWM, Eric John Ernest. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. Disponível em:  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2575606/mod\\_resource/content/1/heg/Hobsbawm\\_RIaoImp\\_cap2e3.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2575606/mod_resource/content/1/heg/Hobsbawm_RIaoImp_cap2e3.pdf). Acesso em: 30 abr. 2024.

HOBSBAWM, Eric John Ernest. **A Era das Revoluções**. 35 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

JINKINGS, Isabella. **Reestruturação produtiva e emprego na Indústria têxtil catarinense**. Florianópolis: UFSC, 2002. Disponível em:  
<https://necat.paginas.ufsc.br/files/2011/10/Isabella-Jinkings.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2024.

LONGHI, Tatiana Castro; SANTOS, Flávio Anthero Nunes Vianna dos. **Uma análise crítica das condições de trabalho na indústria têxtil desde a industrialização do setor até os dias atuais**. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/hfd/article/view/8832/6198>. Acesso em: 10 abr. 2024.

MACHADO, Carina Couto; CALVOSA, Marcello Vinicius; OLIVARES, Gustavo Lopes. **Quarteirização vs Terceirização: uma vantagem competitiva na gestão de contratos**. Congresso: III SEGET–Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2006. Disponível em:  
[https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos06/867\\_Quarterizacao%20Seget%20Carina.doc.pdf](https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos06/867_Quarterizacao%20Seget%20Carina.doc.pdf). Acesso em: 10 mai. 2024.

MARSON, Michel Deliberali. **As origens e evolução da indústria têxtil no Brasil: uma perspectiva global e de longo prazo**. Revista Páginas, v. 16, n. 41, 23 abr. 2024. DOI:  
[www.scielo.br/j/rae/a/z4WqTBRFvgWNjncn7PKzP4q/#](http://www.scielo.br/j/rae/a/z4WqTBRFvgWNjncn7PKzP4q/#). Acesso em: 15 jul. 2024.

PEREIRA, Cilene Margarete; SARTORELLI, Maria Laura Salvarani. Trabalho precário feminino nas facções têxteis: Uma leitura crítica do curta metragem “Trabalho precário, produção de luxo” (2015), de Idalina Vinuto. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v.10, n. 13, 2024. Disponível em:  
<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/8509> . Acesso em: 20 jun. 2024.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2012. Disponível em:  
[https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=6EZxCwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA7&dq=M%C3%A1rcio+Pochmann&ots=nMnQ-pyuN2&sig=uUZ6CndQkGKec4fKW\\_atdjYTM00#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=6EZxCwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA7&dq=M%C3%A1rcio+Pochmann&ots=nMnQ-pyuN2&sig=uUZ6CndQkGKec4fKW_atdjYTM00#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 03 ago. 2024.

PITTA, Ana Calebe Cerqueira Machado. **Terceirização no setor têxtil: Estratégia competitiva ou precarização das relações de trabalho?** Salvador: IFBA, 2017. Disponível em:  
<https://portal.ifba.edu.br/salvador/ensino/cursos/superior/graduacao/administracao/monografias/2017.1/ana-calebe-cerqueira-machado-pitta.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2024.

RÉVILLION, Anya Sartori Piatnicki. **A Utilização de Pesquisas Exploratórias na Área de Marketing**. São Leopoldo: RIMAR, 2003. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rimar/article/download/26692/14330/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

RODRIGUES, Paulo Jorge; MILANI, Débora Raquel da Costa; CASTRO, Laura Laís de Oliveira; CELESTE FILHO, Macioniro. **O trabalho feminino durante a revolução industrial**. Marília: Universidade Estadual Paulista, 1-12, 2015. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiisemanadamulher11189/o-trabalho-feminino\\_paulo-jorge-rodrigues.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiisemanadamulher11189/o-trabalho-feminino_paulo-jorge-rodrigues.pdf). Acesso em: 05 mai. 2024.

SANTOS, Alexa Fagundes dos; JESUS, Gabrieli Guterres de; BATTISTI, Isabel Koltermann. **Entrevista Semi-Estruturada**: Considerações sobre esse instrumento na produção de dados em pesquisas com abordagem qualitativa. UNIÚ, 2021. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/20805/19516#:~:text=Por%20ser%20semi%20Destruturada%20indica,do%20entrevistador%20com%20o%20entrevistado>. Acesso em 08 set. 2024.

SILVA, Niele Maria Bernardo da. **A moda e o lado obscuro por trás da beleza produtiva**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Direito) - Faculdade Damas da Instrução Cristã, Recife. Disponível em: <https://revistas.faculdedamas.edu.br/index.php/academico/article/view/943/764>. Acesso em: 22 jun. 2024.

SOTO, Anne E. R. **Patrimônio Industrial Edificado Urbano de Jaraguá do Sul - SC**: inventário das principais indústrias implantadas entre 1900 e 1960. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93459>. Acesso em 10 abr. 2024.

SOUZA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. **A pesquisa bibliográfica**: Princípios e fundamentos. Monte Carmelo: Fucamp, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 20 abr. 2024.

SUZIGAN, Wilson. **Estado e industrialização no Brasil**. São Paulo: UNICAMP, 1988. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/V7jK4mYRZsrpMsJd5jJcpxc/?lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2024.

WOOD JUNIOR, Thomaz. **Fordismo, Toyotismo e Volvismo**: Os caminhos da indústria em busca do tempo perdido. São Paulo: Revista de Administração de Empresas, 1992. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/nYfcsD8bM6xQtCMFztp9ZDz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 2024.